

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 662.925 - SC (2015/0033407-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **ROBERTO VANDERLINDE**
ADVOGADOS : **OMERO ARAÚJO DE FREITAS - SC001856**
 DIOGO THÉRCIO DE FREITAS E OUTRO(S) - SC016356
 LUZIA SAFIRA BOAVENTURA DE FREITAS - SC008984
AGRAVADO : **ESTADO DE SANTA CATARINA**
PROCURADOR : **TAITALO FAORO COELHO DE SOUZA E OUTRO(S) -**
 SC005129

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por **Roberto Vanderlinde** desafiando decisão da Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que não admitiu recurso especial, com base nos seguintes fundamentos: **(I)** a modificação do julgado demanda reexame de provas, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, e **(II)** o dissídio jurisprudencial não foi devidamente comprovado, por meio do cotejo analítico dos julgados.

É o relatório.

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar a totalidade dos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial.

No caso, a parte agravante deixou de rebater, de modo específico, um dos fundamentos de inadmissibilidade, qual seja, o da inexistência de devida comprovação do dissídio jurisprudencial, por meio do cotejo analítico dos julgados.

Incide, desse modo a Súmula 182/STJ ("*É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida*").

Convém ressaltar que a Corte Especial do STJ, na assentada de 19/9/2018, consolidou o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. Dessarte, não se admite a impugnação parcial do julgado (**EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** - Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. p/ acórdão Ministro Luís Felipe Salomão, DJe de 30/11/2018).

Diante do exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, **não**
conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

